



# **SOBRECERTIFICAÇÃO E EXPANSÃO: O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E A EXCLUSÃO PRORROGADA DE PIERRE BOURDIEU.**

Vol. 6 nº 12 jul./dez. 2011  
p. 133-147

Cesar Magolin de Barros (UMSP)

**Resumo:** o artigo analisa os determinantes da expansão do ensino superior em dois momentos cruciais (décadas de 1960/70 e 1990/2000). Busca suas causas e a forma como ocorreu a expansão, além de suas conseqüências, utilizando-se da contribuição de Pierre Bourdieu, particularmente da tese da exclusão prorrogada, que pode ser explicada através do conceito de sobrequalificação, que foi sugerido em substituição ao de sobrequalificação.

**Palavras Chave:** ensino superior; exclusão prorrogada; sobrequalificação.

SUPER CERTIFICATION AND EXPANSION:  
THE BRAZILIAN HIGHER EDUCATION AND THE DELETION EXTENDED OF PIERRE  
BOURDIEU

**Abstract:** the article analyzes the determinants of the expansion of Brazilian higher education in two crucial moments (decades 1960/70 and 1990/2000). Searches for its causes and how occurred, and its consequences, using the contribution of Pierre Bourdieu, particularly his thesis of deletion extended, which can be explained through the concept of super certification, suggested replacing the super qualification.

**Keywords:** higher education; deletion extended; super certification.

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é apresentar um conjunto de hipóteses sobre a expansão do ensino superior no Brasil na perspectiva da sociologia.

Para tanto, parte de algumas teses de Pierre Bourdieu sobre o tema, analisa dois momentos da expansão do ensino superior no Brasil e suas principais causas e conseqüências, para, na seqüência, voltar às teses de Bourdieu e pensá-las à luz da realidade brasileira.

Longe de pretender dar repostas acabadas para o objeto de estudo e os problemas que levanta, o texto procura salientar sempre seu caráter de exposição sintética e tendencial da expansão do ensino superior, suas razões e conseqüências, apontando para a necessidade, a partir dos dados mais recentes sobre o ensino superior no Brasil, de ampla pesquisa bibliográfica e de campo, que não envolva

apenas a questão educacional, mas dependa de uma análise da formação social como um todo, suas características atuais e sua tendências.

## 1 – AS TESES DE BOURDIEU.

No capítulo terceiro de “A reprodução” (1982), Bourdieu trata dos mecanismos de acesso das diferentes classes ao ensino superior. Aqui procuramos explicar sinteticamente as teses do autor acerca do tema em questão.

Partindo da constatação de que houve um aumento da conclusão dos estudos secundários por parcelas crescentes das camadas populares e, por conseguinte, um aumento do número de acesso ao ensino superior, o autor reflete sobre as reais conseqüências deste crescimento, demonstrando como o sistema de ensino prossegue, apesar da festejada democratização do acesso, a distinguir as classes e a relegar as camadas populares a posições sociais inferiores, ainda que dentro da esfera universitária.

A definição do futuro universitário dos estudantes estaria estreitamente ligada aos estudos secundários, como segue:

À objeção segundo a qual a democratização do recrutamento do ensino secundário tende a reduzir em parte a auto-eliminação, já que a probabilidade de acesso ao ensino secundário tem se elevado sensivelmente nos últimos anos entre as classes populares, pode-se opor a estatística do acesso ao ensino superior em função do estabelecimento ou da seção de origem que põe em evidência uma oposição social e escolar entre as seções nobres dos estabelecimentos nobres e o ensino secundário de segunda ordem, perpetuando de uma forma mais dissimulada a cisão antiga entre o liceu e o ensino primário. (p.168)

Óbvio que esse processo deve ser observado a partir da compreensão mais geral do autor acerca da escolarização e, mais especificamente, das estratégias educacionais que as famílias de cada classe estabelecem para seus filhos, de acordo com sua posição econômica e social, que tem relação com variados níveis de capital cultural que, transformados em capital escolar, determinam as trajetórias dos estudantes de classes diferenciadas dentro do sistema de ensino. O destino em direção aos liceus, que são a porta de entrada para as grandes escolas (a elite universitária francesa), ou aos demais níveis de estudos secundários, está intimamente ligado aos mecanismos que, de início, o sistema escolar se utiliza para selecionar os estudantes de acordo com seu capital cultural, ou melhor, de acordo com sua origem social.

A primeira conclusão de Bourdieu a esse respeito é que o acesso à universidade e, mais especificamente, o acesso à determinada faculdade e a opção por determinados cursos têm relação com o caminho percorrido durante os estudos secundários, ou seja, a trajetória escolar anterior determina o tipo de trajetória possível no ensino superior,

considerando-se, assim, que as diferentes trilhas e os diferentes estabelecimentos atraem muito desigualmente os alunos das diferentes classes sociais em função do seu êxito escolar anterior e das definições sociais, diferenciadas segundo as classes, tipos de estudos, de estabelecimentos, compreende-se que os diferentes tipos de currículo asseguram oportunidades muito desiguais de se atingir o êxito no ensino superior. Segue-se que os alunos das classes populares pagam sua admissão no ensino secundário pela sua relegação a instituições e carreiras escolares que, como se fossem armadilhas, os atraem pela falsa aparência de uma homogeneidade de fachada para encerrá-los num destino escolar mutilado. (p.168)

Parece razoável a posição pois, na medida em que as camadas que eram eliminadas desde o primário do sistema escolar passam, em maior medida, a ter acesso aos estudos secundários, a pressão pelo acesso ao ensino superior tende a crescer. Porém, a segunda parte da tese de Bourdieu parece mais interessante: esse acesso das classes populares (como chama o autor) ao ensino superior desencadeia novos mecanismos ideológicos para manter o processo de exclusão dessas classes, tendo uma função fundamental no processo de reprodução das relações sociais existentes exatamente por sua restrição a determinados cursos e universidades, estabelecendo um processo que estende a exclusão desses setores e os relega a posições subalternas.

Surge daí, portanto, um problema de desvalorização dos diplomas de nível superior (por sua quantidade), ao mesmo tempo em que um setor de elite universitária, concentrado na França nas grandes escolas, se organiza bloqueando o acesso das classes populares a seus quadros, distinguindo-se das demais universidades.

[...] reduzindo a parte da auto-eliminação ao fim dos estudos primários em proveito da eliminação prorrogada ou da eliminação só pelo exame, o sistema de ensino não faz mais do que preencher melhor sua função conservadora, se é verdadeiro que, para dela desempenhar-se, ele deve mascarar oportunidades de acesso em oportunidades de êxito: os que invocam o 'interesse da sociedade' para deplorar o desperdício econômico que representa o 'resíduo escolar' deixam contraditoriamente de levar em conta aquilo de que este desperdício é o preço, a saber o proveito que a ordem social encontra em dissimular, prorrogando-a no tempo, a eliminação das classes populares. (p.168)

A função ideológica, baseada no mérito pessoal, é a de demonstrar a todos os setores que existe igualdade de condições no acesso ao ensino superior.

Assim, numa sociedade em que a obtenção de privilégios sociais depende cada vez mais estreitamente da posse de títulos escolares, a escola tem apenas por função assegurar a sucessão discreta a direitos de burguesia que não poderiam mais se transmitir de uma maneira direta e declarada. Instrumento privilegiado da sociodicéia burguesa que confere aos privilegiados o privilégio supremo e não aparecer como privilegiados, ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência

de méritos, quanto em matéria de cultura a absoluta privação de posse exclui a consciência da privação de posse. (p. 218)

Feita a síntese das principais teses de Bourdieu sobre a expansão do ensino superior e do que chama de exclusão prorrogada, é necessário analisar como o ensino superior se expandiu no Brasil, seus determinantes políticos e econômicos, para depois procurar responder às seguintes questões: poderíamos verificar no Brasil um processo semelhante ao relatado por Bourdieu? O processo de eliminação prorrogada ou estendida poderia ser observado no Brasil? Sob quais circunstâncias e de quais maneiras?

## 2 O BRASIL

É óbvio que devemos considerar que há diferenças gritantes entre França e Brasil. Não somente na questão educacional e de seus objetivos, mas na própria formação dos dois países e o espaço que ocupam no cenário político e econômico internacional. Talvez este seja, a despeito de tantos outros, o desafio maior: em qual medida caberiam as análises de Bourdieu para a realidade brasileira? De outro modo: de qual maneira se conformou o processo de expansão do ensino superior e quais mecanismos foram criados para relegar a população excedente a posições inferiores na divisão do trabalho?

Podemos avançar no sentido de levantar algumas hipóteses, tratando de dois pontos específicos:

- a forma como se deu a expansão do ensino superior brasileiro e seus números atuais;
- o momento em que se deu essa expansão.

### 2.1. A FORMA COMO SE DEU A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E SEUS NÚMEROS ATUAIS

Podemos verificar, na trajetória do ensino superior brasileiro, uma forte expansão na demanda pelo acesso à universidade a partir do início da década de 1960 e uma correspondente expansão do número de vagas no final desta década, acentuando-se durante a década de 1970. Embora tenha sofrido um certo refreamento durante a década de 1980, seu impulso na de 1990 foi retomado.

Analisando um quadro da expansão do ensino superior, em números de matrículas, tomando como base o ano de 1929 e indo até 2009, podemos observar o que foi referido acima: 1929- 13.239; 1939 – 21.235; 1949 – 37.548; 1959 – 86.603; 1969 – 342.886; 1979 – 1.311.799; 1989 – 1.518.904; 1999 – 2.369.945; 2009 - 5.932.244.

Interessante ainda é notar que foi em 1970 que as matrículas nas instituições privadas pela primeira vez superaram as feitas nas instituições públicas, fato que não mais se reverteu durante todo o período posterior. Em 2006, as instituições privadas

detinham 71.7% das vagas em todo o país. Dados de 2003 demonstram que as instituições públicas tinham 5.662 cursos de graduação presencial, enquanto que as particulares tinham 10.791.

Outro dado interessante é que pela primeira vez, em 2003, o número de vagas do ensino superior foi maior em relação ao número de concluintes do ensino médio. Este dado, somado aos índices crescentes de evasão, ajuda a ampliar o número de vagas ociosas de todo o sistema, que teria chegado a superar as 700 mil vagas em 2003. As altas taxas de desemprego e o processo contínuo de concentração de renda das últimas décadas foram determinantes para esse revés. A partir daí, porém, e até nossos dias, a redução do desemprego e políticas públicas (federais e estaduais, em sua maioria) que incentivam o crédito para pagamento das mensalidades no ensino superior, bem como a concessão de bolsas e convênios diversos com as faculdades privadas, deram um novo fôlego expansionista ao setor.

Segundo dados de 2008 (Inep, 2011), as faculdades continuam prevalecendo com relação às universidades, sendo que 93% delas pertencem ao setor privado.

O crescimento dos cursos a distância também são responsáveis por parte desse crescimento mais recente: foram 647 cursos oferecidos em 2008, em 115 instituições diferentes. A EAD represente 14,3% das matrículas no ensino superior e tem crescido fortemente ano após ano.

## 2.2. O MOMENTO EM QUE SE DEU ESSA EXPANSÃO

Podemos perceber dois momentos chave na expansão do ensino superior no Brasil: o primeiro é o que resulta da pressão pelo acesso à universidade ao longo da década de 1960 e tem como ponto alto a reforma universitária de 1968, já em plena ditadura militar. O segundo é mais próximo: ocorre na década de 1990 e vem até nossos dias.

### 2.2.1. A PRIMEIRA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: DE 1968 A 1974<sup>1</sup>.

Apresentamos, sinteticamente, (1) quais foram os motivos do aumento da demanda pelo ensino superior, verificada, principalmente, durante a década de 1960 e (2) como houve a expansão do ensino superior, no sentido quantitativo e na forma como se verificou historicamente esta expansão.

De forma sumária, podemos dizer que, em relação à primeira questão, a demanda pelo ensino superior aumentou na medida em que transformações de ordem econômica passaram a exigir, para o acesso às burocracias de Estado e das empresas e para os corpos técnicos de ambos, a suposta especialização em determinados setores que a diplomação escolar e o ensino superior poderiam conferir.

Tais transformações foram acompanhadas do reforço da ideologia empresarial e de uma "racionalidade" a ela incorporada, que privilegia e coloca no topo das decisões a autoridade técnica e uma visão hierarquizada das organizações baseada nesta autoridade.

O conjunto destas transformações, introduzidas em meados da década de 1950, teve relação com a entrada no Brasil das empresas multinacionais, com aumento da exploração da força de trabalho e da concentração de renda, com a quebra das empresas nacionais dos setores de bens de consumo e com a mudança das formas convencionais de ascensão ou manutenção social dos setores médios.

Estes elementos fizeram com que partisse dos setores médios, e não das duas classes fundamentais da formação capitalista brasileira, a burguesia e o proletariado, a pressão pelo acesso ao ensino superior. Tal pressão gerou uma numerosa base para o crescimento do movimento estudantil no período, que passou a agir como principal foco de contestação política da ditadura militar, após 1964.

Em relação à segunda questão, houve uma expansão do ensino superior, anterior à ditadura militar, baseada no setor público e nas universidades públicas e tal movimento tinha relação direta com a necessidade do Estado populista em garantir base social e apoio dos setores médios, particularmente dos estudantes, embora esta expansão não tivesse resolvido o problema da demanda, muito superior à abertura de novas vagas.

Foi durante a ditadura militar, particularmente após a Reforma Universitária de 1968, que se verificou uma acelerada expansão das vagas, baseada principalmente em estabelecimentos isolados de ensino e no setor privado, contrariando a própria lei da Reforma Universitária (5.540/68), que estabelecia a prioridade da expansão via formação de universidades. Os números atuais do ensino superior demonstram que essa tendência persiste.

Tal expansão visava, principalmente, a solução da crise que envolvia o movimento estudantil, como referido, força mais organizada do movimento popular do período, movimento este composto, majoritariamente, pelos setores médios, base social do golpe de 1964.

A expansão das vagas pulverizou e eliminou a força do movimento estudantil, pois atingiu os objetivos de grande parte de sua base, que não constituía, em termos de objetivos de luta, um conjunto homogêneo ideologicamente, assim como contemplou, neste campo, os interesses das camadas médias em conjunto, evitando sua passagem para o campo da oposição.

Retirada a base social do movimento estudantil, restou sua vanguarda, que identificava na luta dos estudantes objetivos maiores que os da reforma universitária, que forneceu a maioria dos quadros das organizações armadas do período, sofrendo brutal repressão, o que levou à conclusão de que a solução para a crise que envolvia ditadura militar e o movimento estudantil se resolveu em dois atos: a expansão das vagas e a repressão que se abateu sobre os remanescentes do movimento, principalmente após o AI-5<sup>2</sup>.

A lei 5540/68, como dito, definia a expansão das universidades como preferencial em relação aos estabelecimentos isolados (faculdades). Sendo a lei expressão dos interesses em disputa no momento da sua elaboração, sua aplicação ocorreu em outro momento, de fechamento da ditadura em virtude do referido Ato Institucional nº 5, expressando no movimento real as prioridades das políticas de Estado. Tais prioridades giravam em torno do papel do Estado na realização dos

interesses do capital monopolista, não estando o aumento de verbas para a educação dentro dessas prioridades, verificando-se, inclusive, um decréscimo destes gastos no período de maior crescimento da economia brasileira e uma política de incentivos fiscais aos estabelecimentos privados.

A própria reforma nas universidades públicas, coincidente em diversos pontos com as reivindicações dos estudantes e com a organização da Universidade de Brasília, despida dos princípios mais gerais da formação humana e crítica dentro dos marcos pretendidos por seus formuladores, tomou, na prática e onde conseguiu se efetivar, o caráter de uma reforma administrativa, dentro da ideologia empresarial, no sentido da economia de recursos, ainda que tenha sido responsável por medidas progressistas, como a criação dos departamentos e a extinção da cátedra vitalícia.

O mercado de trabalho não poderia absorver a quantidade de diplomados, o que já havia sido expresso pelo relatório do GTRU<sup>3</sup>, inclusive orientando a introdução do ensino profissionalizante no nível médio para conter parte da demanda pelo ensino superior<sup>2</sup>, o que demonstra que a ditadura tinha conhecimento de que a expansão das vagas no ensino superior não era uma exigência de qualificação de força de trabalho especializada que estaria em falta no mercado.

Pode-se, por fim, dizer sumariamente que a expansão do ensino superior se deu no processo da reforma universitária de 1968 e nos anos seguintes, levada à cabo pela ditadura militar, que determinou modificações administrativas que já estavam presentes nas reivindicações dos estudantes, assim como já vinham sendo colocadas em prática em instituições como o ITA e a UNB, anteriores ao golpe militar de 1964, ao mesmo tempo que promoveu o ensino superior privado, baseado na multiplicação dos cursos e estabelecimentos isolados, com a intenção principal de conter o movimento estudantil e impedir a passagem das camadas médias ao campo da oposição, o que auxiliou na conquista da hegemonia possível na sociedade brasileira.

### 2.2.2. A EXPANSÃO ATUAL: DÉCADA DE 1990 ATÉ NOSSOS DIAS

Como já mencionado, podemos considerar o fluxo de expansão do ensino superior brasileiro como um processo contínuo, que tem pontos de maior lentidão do crescimento, sempre relacionados com fases de crise econômica. Temos, portanto, um intenso período de expansão que vai da década de 1960, principalmente após a Reforma Universitária de 1968 até o ano de 1974, certa contenção da expansão do fim da década de 1970 e ao longo da década de 1980, retomando um ritmo acelerado ao longo das décadas de 1990 e 2000.

Podemos verificar isso através dos números de novas vagas em cada período: são 256.283 no período de 1959 a 1969; 968.913, de 1969 a 1979; 207.105 de 1979 a 1989; 851.041 de 1989 a 1999 e 3.562.299 de 1999 a 2009. (cf. AUTOR, 2008; Inep, 2011)

A forte expansão das duas últimas décadas tem razões diferenciadas do primeiro grande surto expansionista, ligado à Reforma Universitária de 1968, embora seja decorrente dessa primeira grande expansão.

Dois novos elementos entram em cena após o primeiro período expansionista: o surgimento de um empresariado ligado à educação superior no Brasil e o fenômeno do que chamaremos aqui de *sobrecertificação*.

### **a) O EMPRESÁRIO DA EDUCAÇÃO.**

Já dissemos que a lei da Reforma Universitária de 1968, embora próxima à decretação do AI-5, obedecia ainda a tentativa de atender propostas diversas para a reestruturação da universidade.

Em larga medida, apesar do ambiente da repressão, as reivindicações dos estudantes e outros setores progressistas, no que toca à organização universitária, foram contempladas pela lei 5.540/68.

Posta em prática, no entanto, no momento do fechamento (pós-AI-5), quando as tentativas de manter um verniz democrático e institucional ao regime foram trocadas de vez pelo pau-de-arara, a tortura e o assassinato, a prioridade, em que pesem as mudanças organizativas ocorridas, era a expansão das vagas e a contenção do movimento estudantil e do descontentamento dos setores médios.

O incentivo à abertura de cursos em estabelecimentos isolados e privados foi a saída. Foi nessa oportunidade que alguns donos de escola do ensino básico e outros capitalistas começaram a levar a sério o investimento no ensino superior como um grande negócio.

O surgimento de um empresariado voltado à educação traz para o âmbito do ensino superior as mesmas expectativas, estratégias e contradições presentes na reprodução do capital em geral, como é o caso do capital industrial.

A oferta de cursos passa a obedecer ao critério da lucratividade e as tentativas de atrair um novo público, composto de filhos de trabalhadores manuais e membros das classes médias baixas.

Isso explica a concentração da oferta de alguns cursos que têm mensalidades mais baixas porque não dependem de instalações para além do quadro e da sala de aula.

Cursos como os da área de Administração, Letras, Pedagogia, entre outros, possuem um volume de oferta e de adesão altíssimos. Isso não se explica, como o fazem os mais desatentos, pela demanda do mercado por esses profissionais. Esses cursos mais tradicionais, assim como os recentes cursos de formação de tecnólogos (em dois anos), variações de cursos de graduação cada vez mais especializados em pequenas áreas, com a promessa de ligação direta com o “mercado de trabalho” e a expansão da EAD obedecem aos critérios específicos da lucratividade.

Recentemente, o setor tem passado por um processo semelhante ao das indústrias no final do século XIX e do setor financeiro ao longo do século XX: a formação dos monopólios, ou, para ser mais correto, tanto para o ensino superior, quanto para os demais setores, a formação de um oligopólio.

Na divulgação dos dados da pesquisa sobre o ensino superior de 2008, o INEP percebe uma redução no número de instituições do ensino superior em funcionamento no país, com relação ao ano anterior: foram 29 estabelecimentos a menos. Tal redução, no entanto, não significa a diminuição do setor, mas é resultado



de processos de fusão e compra de instituições, que já formam alguns grandes grupos, com fatias significativas desse lucrativo negócio.

Algumas dessas corporações do ensino adotam medidas agressivas no mercado visando obter a maior parcela possível de estudantes: promoções e descontos; gratuidades parciais e concessão de bolsas dedutíveis de impostos; mensalidades baixas.

Isso vem acompanhado de compensações necessárias, como por exemplo:

- a. No trabalho: acentuação da exploração do trabalho de seus empregados, particularmente dos docentes: salas superlotadas, pagamento em horas-aula muito baixo (em alguns estabelecimentos, mais baixo do que se paga ao professor da rede pública do ensino básico); contratação do mínimo exigido pelo MEC em termos de titulação; não pagamento de horas atividade; geração de atividades extras, de cunho administrativo, exercidas pelos docentes; ausência ou descumprimento de planos de carreira etc.
- b. Na organização: como a lucratividade aparece como o objetivo a ser atingido, a organização acadêmica passa a ter esse crivo como o que pode justificar a abertura e fechamento de cursos, a execução de atividades necessárias à formação e à construção do conhecimento; a instalação (e seu número) de laboratórios de informática e outros, infra-estrutura, atividades extracurriculares, eventos com convidados externos etc.
- c. Na questão didático-pedagógica: presença de professores mal formados ou incapazes de realizar um bom trabalho pelas condições oferecidas e pelo necessário volume de aulas; adoção de livros-texto; má formação das bibliotecas; incapacidade de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem devido ao número grande de estudantes por turma; além dos elementos já destacados no item "b".

## **b) A SOBRECERTIFICAÇÃO**

Tratamos como *sobrecertificação* o que, de um modo geral, é chamado de *sobrequalificação*.

Para além de uma discussão meramente terminológica, a substituição do termo parece ser razoável para que, no mínimo, não se confunda a grande quantidade de pessoas com diploma do ensino superior com "qualidade" que, além de ser um termo gelatinoso, precisa ser explicado antes de figurar como elemento explicativo.

A discussão sobre a qualidade ou a qualificação dos que passam pelos variados cursos de graduação não é nosso tema, além de precisar de melhor conceituação. Quais são os critérios para defini-la, ou para atingi-la, ou para medi-la (a qualificação)? Qualificados para quê, exatamente, estão os que saem com seus diplomas dos cursos de graduação?

Enfim, o tema merece ainda grande debate e não parece ser possível encontrar consenso como resultado dessa discussão. Portanto, o termo *sobrecertificação* parece explicitar melhor o fenômeno que vamos discutir, ou seja, a grande quantidade de pessoas diplomadas, em áreas diversas, suas origens e conseqüências com relação ao mercado de trabalho e ao próprio ensino superior.

Por *sobrecertificação*, portanto, entendemos o círculo vicioso que obriga com que um número cada vez maior da população obtenha a diplomação do ensino superior, ao mesmo tempo e por consequência de que os critérios de contratação pelas empresas passam por constante elevação dos requisitos escolares, que são elevados, por sua vez, pela percepção dos selecionadores das empresas de que há um número de diplomados excedente e dispostos a ocupar postos de trabalho que, tradicionalmente, eram ocupados por portadores de diplomação do ensino básico.

Tal fenômeno não é novidade e já foi estudado por vários autores<sup>5</sup>: o problema da *sobrecertificação*, ou seja, da existência de número crescente de diplomados à disposição no mercado de trabalho, apenas vai gerar o aumento de requisitos de formação superior para postos antes ocupados por profissionais de outros níveis, o que provoca a necessidade de um número cada vez maior buscar a mesma certificação.

Uma empresa que contrata auxiliares de escritório pode colocar como exigência mínima estar cursando administração no ensino superior e terá como candidatos um número razoável de já diplomados e sem emprego. Postos, portanto, antes ocupados por portadores de diplomas do ensino fundamental ou médio, são hoje ocupados por diplomados do ensino superior, sem que se verifique como contrapartida salários melhores. O que se tem, na verdade, é a possibilidade de contar com profissionais que já passaram, ao menos, pela familiarização com termos e procedimentos próprios da área, além da disposição de adequação tendo em vista perspectivas, quase sempre frustradas, de progressão na carreira.

O fato é que não há relação direta entre as vagas de trabalho disponíveis e a quantidade de diplomados que são postos todos os anos na busca por empregos. Os excedentes podem ser absorvidos, portanto, pela elevação dos requisitos mínimos de contratação. Isso gera diversas consequências na procura pelo ensino superior:

- a. Os que estão empregados e não possuem o diploma se vêm ameaçados pela entrada dos diplomados e procuram, por sua vez a diplomação – efeito que tem levado aos bancos das faculdades um número crescente de pessoas com idade diferente do padrão para os que seguem direto do ensino secundário ao superior;
- b. A entrada no trabalho, ou até o primeiro emprego, passa a ser condicionado pelo curso superior, de forma que os estudantes no ensino secundário sofrem, constantemente, com as agruras que envolvem a tomada de decisão, em tenra idade, de uma carreira profissional que passa pelo ensino superior necessariamente. Ensino superior, diplomação e oportunidade de emprego aparecem associados e interferem mesmo na disposição diante da construção do conhecimento, por vezes deixada de lado quando o objetivo passa a ser a conquista do diploma. Quase todas as instituições privadas do ensino superior têm, como ponto forte de sua propaganda, essa vinculação direta entre diplomação e oportunidade de trabalho.
- c. A pós-graduação, ou ter mais de uma graduação, começa a aparecer como diferencial e redundante numa corrida frenética por mais certificados. Vide a ampliação de ofertas dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, de mestrado

profissional, MBA etc. Algumas dessas experiências, aliás, que se constituem como grandes aberrações e demonstram a necessidade apenas da certificação: cursos semipresenciais, com aulas mensais que não são aulas e a realização de atividades que não são avaliadas seriamente etc.

Enfim, o fato é que a expansão do ensino superior recente no Brasil tem se valido do fenômeno da *sobrecertificação* e desse movimento em busca de certificados que retroalimenta constantemente o processo. Claro que o fenômeno vai apresentar, em algum momento, sinais de saturação, assim como as crises cíclicas, típicas do século XX até a década de 1970, na indústria. Isso se resolve com a “queima” de parte das instituições e acentua a tendência da monopolização.

Apresentamos, em linhas gerais, como se deram os dois momentos cruciais da expansão do ensino superior no Brasil. Um aspecto ficou em suspenso até agora, embora permeie tudo que foi discutido até aqui: o ideológico. Isso nos permite, finalmente, retornar às teses de Bourdieu.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CASO BRASILEIRO À LUZ DAS TESES DE BOURDIEU.

A partir do que foi sumariamente apresentado sobre a realidade do ensino superior brasileiro e das características de sua expansão, podemos levantar algumas hipóteses e considerações a partir das teses de Bourdieu.

Podemos lembrá-las, rapidamente, em cinco pontos:

1 – a definição do futuro universitário está estreitamente ligado aos estudos secundários;

2 – o acesso a determinada faculdade e a opção por determinados cursos têm relação com o caminho percorrido durante os estudos secundários;

3 – surge um setor de elite universitária que nega o acesso das camadas inferiores a seus quadros;

4 – esse processo representa uma exclusão estendida, ou prorrogada das camadas populares, visto que anteriormente isso se dava no primário;

5 – esse processo tem uma função ideológica fundamental para a reprodução das relações sociais, baseada no mérito pessoal, demonstrando a todos os setores que existe igualdade de condições no acesso ao ensino superior, na medida em que “confere aos privilegiados o privilégio supremo de não aparecer como privilegiados”, conseguindo “convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos” (Bourdieu, 1982: p. 218).

A questão da relação entre ensino secundário e ensino superior parece bastante clara: sem buscar nas exceções explicação à regra, podemos constatar uma ligação profunda entre a trajetória do ensino secundário e as opções que se abrem para o acesso ao ensino superior. Qualquer professor que tenha acompanhado turmas do ensino médio na escola pública de São Paulo nos últimos anos pode testemunhar a existência, no pensamento e discurso desses estudantes, de uma tendência a buscar caminhos similares e determinados no ensino superior: é com resignação que quase

todos buscam determinadas faculdades da rede privada e cursos que pareçam fornecer maiores facilidades de entrada e conclusão, havendo, ao fundo, a esperança de que esses cursos poderão trazer melhorias quase imediatas das suas condições de vida, ou seja, apenas o fato de entrar na faculdade já representa, no ideário desse grupo, aumento da possibilidade de emprego e salário, ainda que a carreira escolhida não seja exatamente o que desejaria o estudante. Uma visão utilitária da educação (vantagens imediatas e possibilidades de ganho), somada à consciência de incapacidade de pleitear uma vaga em outros cursos, principalmente nas universidades públicas.

Luiz Antonio Cunha identifica já no início da década de 1960 a distribuição desigual dos estudantes oriundos de diferentes trajetórias no ensino secundário:

mesmo que os certificados de conclusão do 2º grau permitissem a inscrição nos concursos vestibulares de quaisquer cursos superiores, como veio acontecer após 1961, as chances de aprovação estavam desigualmente distribuídas. Essas chances eram menores para os egressos das escolas comerciais do que para os das escolas secundárias, onde o currículo estava todo voltado para a continuação dos estudos; as chances eram ainda menores quando o curso comercial era feito no período noturno, de duração mais curta, pouco 'exigente', estudantes menos predispostos às práticas acadêmicas. (1989: p.83)

Os exames vestibulares se tornaram, então, a barreira para os que pleiteavam uma vaga no ensino superior. Recorrendo mais uma vez a Bourdieu:

Nada é mais adequado que o exame para inspirar a todos o reconhecimento da legitimidade dos veredictos escolares e das hierarquias sociais que eles legitimam, já que ele conduz aquele que é eliminado a se identificar com aqueles que malogram, permitindo aos que são eleitos entre um pequeno número de elegíveis ver em sua eleição a comprovação de um mérito ou de um 'dom' que em qualquer hipótese levaria a que eles fossem preferidos a todos os outros. (1982: p.171)

Segundo a teoria das trajetórias educacionais de Bourdieu, cada classe tende a traçar para os filhos caminhos escolares distintos: os setores mais abastados das classes médias são os maiores interessados na obtenção de títulos acadêmicos, pois é quase sinônimo de manutenção de sua condição e reprodução. Já a burguesia não teria tamanha preocupação com relação aos seus herdeiros, assim como os mais pobres teriam ausência completa de estratégia educacional, visto que suas necessidades estariam voltadas para uma rápida inserção profissional.

A elitização de um setor do ensino superior brasileiro e a massificação de outro pode corresponder às necessidades de manutenção dos setores médios, no primeiro caso, e da exclusão prorrogada, no segundo.

Não há dúvidas de que existe um setor de elite no ensino superior brasileiro, concentrado nas universidades públicas, particularmente, nas três universidades estaduais paulistas, responsáveis pelo grosso do trabalho nacional de pesquisa e em pouquíssimas instituições privadas, com altas mensalidades. A elitização no setor

público, que atende prioritariamente aos filhos dos setores médios, ocorre também em torno de alguns cursos e por sua organização, que prioriza aulas no período matutino e integral, obstaculizando os jovens trabalhadores e, portanto, os filhos dos trabalhadores assalariados mais empobrecidos e membros da baixa classe média.

A maioria desses estudantes acaba por procurar nas faculdades privadas alternativas mais viáveis. Dados do INEP de 2006 informam que apenas seis, dos oitenta e quatro cursos do país, concentravam 52% do total das matrículas. O curso de Administração, sozinho, tinha então 621 mil estudantes em todo o país, um número maior que a soma dos estudantes da área da saúde (incluindo aí medicina, enfermagem e psicologia). Os outros cinco cursos concentradores são: pedagogia, letras, direito, engenharia e comunicação social (cf. Folha, 2011).

Caberia, sem dúvida, uma pesquisa sobre os dados atuais, mas podemos supor que a grande quantidade de estudantes nos seis cursos indicados corresponde mais aos baixos custos necessários para sua oferta e aos altos lucros que o “negócio” da educação gera, do que de uma efetiva demanda por parte dos estudantes por esses cursos, especificamente.

Não é segredo para ninguém, nem para Bourdieu, nem para os autores brasileiros, que a grande quantidade de diplomas universitários faz cair seu peso no mercado de trabalho. Como demonstramos acima, as empresas aumentam gradativamente as exigências de nível escolar para postos antes ocupados por portadores de diploma do ensino básico. Sabemos, por exemplo, que há grande quantidade de diplomados dos cursos de administração (o campeão em vagas e diplomação ao longo dos anos) ocupando postos de auxiliares de escritório, contínuos e caixas dos bancos, enfim, os postos inferiores da burocracia privada e pública.

Parece, portanto, interessante e plausível a tese de Bourdieu de uma exclusão prolongada para a análise da expansão do ensino superior brasileiro. Claro que a multiplicação dos diplomas pode ter conseqüências diferenciadas na França e no Brasil: aquele país não padece dos níveis de concentração de renda e de desigualdade social existentes aqui. O que pretendemos apontar é o caráter ideológico desse processo, fundamental para a manutenção da ordem burguesa e para a forma como se desenvolveu o capitalismo no Brasil, o que fugiria já da análise de Bourdieu.

Apesar de demonstrar alguns sinais de esgotamento, a expansão do ensino superior cumpriu e cumpre uma função política importante: a aparente igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior mascara a manutenção, ainda que num grau mais elevado de escolarização, das desigualdades sociais.

A Reforma Universitária de 1968, que incorporou várias bandeiras do movimento estudantil e docente mais progressistas, veio acompanhada de um forte esquema repressivo e ideológico: modernizou as estruturas da velha universidade e criou um setor de ponta da pesquisa científica e, ao mesmo tempo, através de incentivos diretos e indiretos ao setor privado da educação, acabou por criar um subsistema, capaz de absorver a demanda reprimida.

Podemos dizer que criou um sistema dual no ensino superior brasileiro: um, com possibilidade de acesso aos trabalhadores bastante reduzida (seja pelo exame

vestibular, seja pelo alto valor das suas mensalidades no setor privado), com ênfase nos cursos e setores tradicionalmente ocupados pela classe média mais abastada, baseado principalmente nas universidades públicas; outro, baseado na ampla disseminação de faculdades privadas, responsável pela absorção da grande maioria dos candidatos ao ensino superior, voltado para a formação profissional de caráter cada vez mais imediato e cujos estudantes estão destinados a ocupar os postos mais baixos dentro dos corpos empresariais que, simultaneamente, aumentam as exigências de certificação acadêmica para a seleção de seus funcionários.

A esse quadro parece razoável dar o nome, acompanhando Bourdieu, de exclusão prorrogada.

## REFERÊNCIAS

- AUTOR. **Ensino superior e sociedade brasileira: Análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (décadas de 1960/70)**. Dissertação (Mestrado em Educação). UNESP, São Bernardo do Campo, 2008. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1989.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Seis cursos reúnem 52% dos universitários**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u19035.shtml> . Acesso: 05 de março de 2011.
- INEP. **Divulgado o Censo da Educação Superior 2008**. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/cento/superior/news09\\_05.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/cento/superior/news09_05.htm). Acesso: 05 de março de 2011.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Neste item (2.2.1) apresentamos a síntese da conclusão de uma pesquisa mais ampla. Desenvolvemos melhor o tema, com dados estatísticos e bibliográficos mais apurados, inclusive com a análise dos documentos das comissões criadas pela ditadura para pensar a reforma universitária em AUTOR, 2008.
- <sup>2</sup> Há uma proximidade no mínimo interessante entre a lei 5.540, a lei da Reforma Universitária (28 de novembro de 1968) e a decretação do AI-5 (13 de dezembro de 1968).
- <sup>3</sup> Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, uma das comissões criadas pela ditadura, ao lado da EAPES e da Comissão Meira Mattos, que tinha como tarefa pensar a reforma universitária no país. Sobre a relação entre diplomados e vagas de trabalho, discutiremos no item seguinte.
- <sup>4</sup> Não cabe aqui discutir o assunto com maior amplitude, apenas mencionar que a profissionalização obrigatória no ensino médio, introduzida com a LDB 5692, de 1971, pela falta de investimentos em laboratórios, equipamentos e profissionais, não ocorreu de fato, tendo apenas função ideológica e de certa contenção da demanda pelo ensino superior

<sup>5</sup> Seria interessante uma pesquisa de campo abrangente para estudar o fenômeno na atualidade brasileira, para fornecer dados empíricos mais precisos. Aqui apenas apontamos, a partir da observação e de relatos de pessoas ligadas a empresas (e que cuidam de seus processos seletivos) e de estudantes de cursos diversos de graduação com os quais trabalhamos, os contornos e conseqüências imediatas da sobrecertificação.

Recebido em 11/06/2011

Aprovado para publicação 21/10/2011